

CONTRA PONTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Revolta. A prisão do ex-ministro da educação Milton Ribeiro levou a vereadora Débora Camilo às redes sociais no começo da tarde de ontem (22) para relembrar que o aliado político de Bolsonaro, que recebeu honraria por parte do Legislativo santista, foi motivo de intenso debate no plenário da cidade quando a parlamentar do PSOL propôs retirar a homenagem ao político que foi detido pela Polícia Federal nas primeiras horas da manhã durante investigações do ‘balcão’ do MEC.

Fala vereadora. “Vocês lembram que tentamos tirar a honraria que o então ministro da educação recebeu na Câmara Municipal de Santos? Vocês lembram dos discursos inflamados contra a minha proposta durante a votação? Perdemos a oportunidade de fazer justiça contra uma pessoa que faz declarações homofóbicas, capacitistas e que agora foi preso acusado de participar de um esquema de corrupção envolvendo dinheiro que deveria ser destinado para educação pública. O que será que os vereadores que votaram em defesa de manter o título de Cidadão Santista ao ex-ministro tem a dizer?”, publicou Camilo.

Rápida lembrança. A operação realizada pela PF contra o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro também atingiu pastores suspeitos de operar um balcão de negócios no Ministério da Educação e na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Áudios vazados ao público demonstraram diálogos nos quais fica claro que existia um esquema de uso de influência de pastores nas decisões sobre repasse de recursos. As verbas seriam usadas para construção de escolas, creches, quadras e compra de equipamentos.

Retorno. O programa Guardião-Cidadão, o qual, ao longo de dez anos, realizou mais de mil contratações em Santos com o objetivo de proporcionar a requalificação profissional foi lembrado pelo parlamentar santista Fabrício Cardoso nesta semana na Câmara dos Vereadores de Santos.

Momento. Cardoso lembrou que, devido ao agravamento da crise econômica ocasionada pelo período de restrições, o programa teve que ser revisto e suspenso, o que afetou centenas de famílias e também de espaços públicos do município que recebiam apoio dos jovens profissionais diariamente.

Abre aspas. “Considero esse projeto extremamente importante para a nossa cidade e por isso, solicitei junto ao Poder Executivo o retorno do programa, que é mais um passo em direção à retomada da geração de empregos para os nossos jovens”, afirmou.

CHARGE

PF PRENDE EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO...



POST IMPRESSO

Este espaço é destinado a você, leitor-internauta, para reclamar, comentar, sugerir, interagir... sobre seu bairro, sua cidade, nossas matérias, enfim, ele foi desenvolvido com o objetivo de ser a voz da população. Só há um pedido: que atentem às palavras. As expressões ofensivas - que não sugerem melhorias à população - não poderão ser publicadas devido à nossa função pública. Comente em nossa página no Facebook.

Leia no site utilizando o QR Code

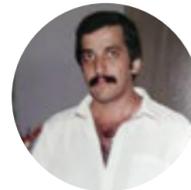


Para acessar a matéria no seu celular, basta que o seu Smartphone tenha uma câmera fotográfica e um leitor de QR Code instalado. Acesse a Play Store ou a Apple Store e baixe a ferramenta de forma gratuita. Depois, acesse o aplicativo e posicione o leitor sobre o código acima.



Ué!?!? Não era nesse governo que não tinha corrupção?!?!? Não entendi....

Wilson dos Santos Costa, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro



Que vergonha, você envergonhou todos os evangelicos.

Luiz Carlos Carlos, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro



Roubou, tem que ser preso, não importa quem, e de que partido seja!!

Rafael Moyano, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro



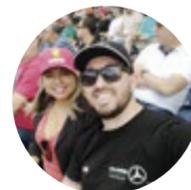
Eu ia comentar algo mas lembrei que esse pastor anda com a arma dentro da Bíblia

Marcel Romeiro, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro



Tudo parça!! E isso não foi o Lula que ensinou kkkk

Sílvio César Pereira, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro



Daqui a pouco o mito vai ser companheiro de cela do Milton Ribeiro

Robson Gomes, sobre: Vaza áudio que derrubou ministro e pastor, ambos ligados a Bolsonaro

DIÁRIO

Informação é Tudo
 Somos Impresso.
 Somos Digital.
 Somos Conteúdo.
 Diário do Litoral - 23 anos

SERGIO SOUZA
Fundador

ALEXANDRE BUENO
Diretor Presidente

DAYANE FREIRE
Diretora Administrativa

ARNAUD PIERRE COURTADON
Editor Responsável

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL LTDA - Fundado em 12/11/1998 -

Jornalista Responsável: Alexandre Bueno (MTB 46737/SP) • **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (EC), Folhapress (FP), Associated Press (AP), GB Edições (GB), Agência Senado (AS), Agência Câmara (AC) • **Comercial, Parque Gráfico e Redação:** Rua General Câmara, 254 - Centro - Santos CEP: 11.010-122 - Fone: 13. 3307-2601 • **São Paulo:** Rua Tuim, 101-A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone: 11. 3729-6600 • Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM DIÁRIO

Fundador - Sergio Souza
 sergio@diariodolitoral.com.br
Diretor Presidente - Alexandre Bueno
 alexandre@diariodolitoral.com.br
Diretora Administrativa - Dayane Freire
 administracao@diariodolitoral.com.br
Editor Responsável - Arnaud Pierre
 editor@diariodolitoral.com.br
Site e redes sociais
 site@diariodolitoral.com.br

Fotografia
 fotografia@diariodolitoral.com.br
Publicidade
 publicidade@diariodolitoral.com.br -
 marketing@diariodolitoral.com.br
Financeiro
 financeiro@diariodolitoral.com.br
Gráfica
 grafica@diariodolitoral.com.br
Telefone Redação - 13. 3301-9777
Telefone Gráfica - 13. 3307-2601
Site - www.diariodolitoral.com.br



Jornal Associado:

Estão criando mais cargos comissionados que o necessário

Aqui e ali ouvimos falar de cargos comissionados. Mas realmente sabemos o que são? De forma objetiva, são cargos ocupados transitoriamente por empregados públicos nomeados por autoridade competente, seja ela um governador, prefeito, ou até mesmo um deputado. As funções atribuídas geralmente são de chefia, gestão, administração ou assessoramento. Agora, há um grande problema em relação a este assunto: os cargos comissionados burlam o legítimo sistema de concursos públicos.

Os concursos públicos são fundamentais para a contratação de profissionais qualificados. Muitas vezes, quem ocupa os cargos de comissão são, com todo o respeito, apadrinhados políticos. Enquanto um comissionado desfruta da mordomia e do salário, um profissional mais qualificado para o serviço fica para escanteio.

As pessoas não dão a importância devida para os concursos públicos. E o que o vemos é a criação de cada vez mais cargos comissionados.

Recente exemplo foi a aprovação de proposta que permite a criação de centenas de cargos comissionados na Assembleia Legislativa do Paraná, Ministério Público e Tribunal de Justiça também do PR. Ao todo, foram criados 542 cargos. Somente no MP, a medida prevê a criação de 261 cargos, com um modesto custo anual de mais de R\$ 30 milhões a partir de 2023. Ainda em 2022, o impacto será de R\$ 18 milhões.

Na Assembleia Legislativa do Paraná, foram 121, com previsão de custo de R\$ 31 milhões a partir de 2023. Mas,

ainda em 2022, o impacto estimado será de R\$ 22,6 milhões, ainda maior que no Ministério Público, com o dobro de cargos. No TJ-PR, foram propostos 160 cargos.

O presidente da Assembleia paranaense alega que a criação é necessária e oportuna, e que os valores apontados já estão inseridos no orçamento. Mas me pergunto se de fato é necessária a criação de tantos cargos assim. Veja bem: 261 somente para o Ministério Público. São profissionais que não terão de enfrentar um concurso público e comprovar sua aptidão para os cargos. Como ter a certeza de que são, de fato, qualificados para o serviço? Isso é muito sério.

Outro caso recente e que chama a atenção aconteceu em Rondônia. O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a criação de cargos comissionados no quadro pessoal da Assembleia Legislativa do Estado. A medida 1.056/2020 criou cargos em comissão de assistente técnico, assistente parlamentar, assistente especial de gabinete, secretária de apoio, secretária de gabinete e assessor. Eles não se destinam à direção, chefia ou assessoramento, como deveria ser.

Cargos técnicos não podem ser comissionados. Portanto não cumprem os princípios constitucionais, argumento usado pelo STF. Isso de fato não pode acontecer e deve ser seguido por todos os estados.

Está aí mais uma pequena dor de cabeça que poderia ser evitada com a valorização dos concursos públicos. Mas a mudança parece exigir muito de nossos parlamentares. Afinal, qual o sentido de mudar um sistema que é confortável para eles?

*** Antonio Tuccillo,** presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Litoral com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <http://diadigital.com.br>

CHARGE Max

@cartunistamax



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Juiz proíbe “excessos” em fiscalização de vereadores

O juiz Cândido Alexandre Munhóz Pérez, da Vara da Fazenda de Guarujá, deferiu tutela de urgência para que dois vereadores fiquem proibidos de vistoriar repartições municipais “sem prévia comunicação e que exorbitem o poder fiscalizatório parlamentar”. A decisão foi tomada a pedido da Prefeitura, que apontou “excessos” em uma ação, no último dia 7, dos vereadores Anderson Figueira (Pode) e Wagner dos Santos Venuto, o Waguinho Fé em Deus (União). Na época, eles alegaram ter sido impedidos por um funcionário de entrar em um galpão do Município onde haveria alimentos vencidos e registraram boletim de ocorrência. A Administração negou estocar comida naquele imóvel e anunciou que apelaria à Justiça. Se Figueira e Waguinho desrespeitarem a ordem, estarão sujeitos a multa de R\$ 10 mil e a responder pelo crime de desobediência. Figueira disse que, após ser notificado, recorrerá, pois a medida “vem atrapalhar a fiscalização”. A coluna não localizou Waguinho.

Proximidade

Contratado após a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, o advogado Daniel Leon Bialski trabalhou para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. Foi admitido para processar autores de postagens nas quais ela considerou ter sido difamada em termos pessoais.

Todas as coisas

Em março, quando Ribeiro se exonerou do ministério por causa da revelação de indícios de favorecimento a pastores evangélicos no órgão, Michelle declarou que “Deus sabe de todas as coisas e vai provar que ele é uma pessoa honesta”.

Nova tentativa

Nascido em São Vicente, Ribeiro é Cidadão Santista, conforme outorgado pela Câmara em 2020. Com a prisão dele, a vereadora Débora Camilo (PSOL) protocolou novo projeto para a cassação do título. Na tentativa anterior, rejeitada neste ano, Débora citou opiniões preconceituosas dele contra homossexuais e crianças com deficiência.

Na mesma

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, Wallace Landim, o Chorão, disse estar arrependido de apoiar Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de 2018. O então candidato prometeu mexer na política de preços da Petrobras e projetos voltados aos caminhoneiros.

Não resolve

“Temos um presidente que fica dando chlique a cada aumento dos combustíveis, mas isso não vai resolver o problema da nossa categoria nem o da população. Ele precisa ter pulso forte e coragem para bater de frente com os acionistas da Petrobras”, destacou Chorão, pré-candidato à Câmara Federal pelo PSD.



MP da Ocupação?

O prefeito Rogério Santos (PSDB, foto) enviou, ontem, ofício ao presidente Jair Bolsonaro com um pedido: o de que edite uma medida provisória “para obstar o aumento do laudêmio” — na verdade, da taxa de ocupação sobre imóveis em áreas de marinha.

Dor no bolso

O chefe do Executivo santista observou que os carnês com a cobrança deste ano, reajustados em até 50%, vencem no dia 30, com impacto financeiro em toda a região. Em especial, para famílias mais pobres, na Zona Noroeste.

Paralelamente

Em outra frente, para limitar o reajuste na taxa de ocupação, o projeto da deputada federal Rosana Valle (PL) foi distribuído, na terça-feira, à primeira das duas comissões da Câmara pelas quais deverá passar. Se aprovado nelas, não precisará ir a plenário.

Em outro lugar

Corrigindo: os R\$ 4 milhões que a Câmara de Mongaguá cobra do Estado, como informado ontem, na verdade, para a recuperação da ponte que corta o Rio Mongaguá. O que ocorreu na Praça Duda Samba foi o anúncio do governador Rodrigo Garcia (PSDB) de que a verba estava autorizada.

CPI do MEC se aproxima do número mínimo de adesões

Líder do Governo no Senado afirma faltar apenas uma assinatura para ser protocolada



DO ESTADÃO CONTEÚDO E DA AGÊNCIA SENADO

Com a promessa de assinaturas de mais dois senadores, o líder da oposição na Casa, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que terá o número exigido para apresentar o pedido de criação da CPI do MEC.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) assinou o requerimento para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar suspeitas de desvios no Ministério da Educação (MEC).

Conforme Rodrigues postou na rede social Twitter, falta apenas uma assinatura para que a solicitação seja protocolada. O pedido depende do apoio formal de 27 senadores e de uma decisão do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A ideia da CPI do MEC voltou a ganhar força no Senado após a prisão do ex-ministro da pasta, Milton Ribeiro, em operação feita ontem pela Polícia Federal. “É preciso investigar a fundo os supostos escândalos no Ministério da Educação, uma das pastas mais importantes do país”, disse Braga no Twitter.

CONVENIÊNCIA

A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, portanto, reacendeu no Senado movimento para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Rodrigo Pacheco admitiu que, em termos de conveniência e oportunidade, o momento pré-eleitoral pode prejudicar o escopo de uma CPI — que, ressaltou ele, deve ser isenta e ter o tempo necessário para a apuração a que se propõe.

Ribeiro e dois pastores



O pedido a ser encaminhado pelo líder do Governo no Senado requer 27 assinaturas, um terço da Casa



Godoy, atual ministro, se alinha ao discurso oficial: “Se alguém for culpado (...), que seja responsabilizado”

mantinham um gabinete paralelo no Ministério da Educação. Prefeitos relataram ter recebido um pedido de pagamento de propina em troca de agendas no MEC e liberação de recursos da Educação.

ATUAL MINISTRO

O atual ministro da Educação, Victor Godoy, afirmou que o Governo não compactua com desvios. “Nunca tive conhecimento

dos fatos que levaram à prisão de Ribeiro”, disse, em rápida entrevista, ao comentar a prisão de seu antecessor no âmbito da investigação sobre o gabinete paralelo instalado na pasta, com suposto favorecimento de pastores na distribuição de verbas.

Na mesma linha do que disse o presidente Jair Bolsonaro, mais cedo, o atual titular do MEC falou que, “se alguém for culpado,

quem quer que seja, que seja responsabilizado”.

Os agentes que participam da ofensiva vasculharam 13 endereços em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

O juiz da 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, que determinou as prisões, também deferiu medida cautelar de proibição de contatos entre os investigados e os envolvidos.

Na Câmara, prisão dominou discursos

DA AGÊNCIA CÂMARA

Parlamentares aproveitaram a sessão plenária de ontem para comentar a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro, com mais de 30 menções por deputados.

O deputado Célio Moura (PT-TO) afirmou que a prisão de Ribeiro é prova de

que há corrupção no Governo de Jair Bolsonaro. “São acusados de manipularem o FNDE, de meterem a mão no dinheiro da Educação”, disse.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) ironizou declarações do presidente, que, após a saída de Ribeiro

do MEC, disse que “botava a cara no fogo” pelo ex-ministro. Florence levou um pote de creme hidratante ao Plenário, segundo ele, “para a proteção das quemaduras que sofrerá”.

GOVERNISTAS REAGEM

O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), aliado ao Governo e integrante da bancada evangélica, afirmou que não poderia criticar a corrupção e estar ao lado daqueles que se corrompem, “embora sendo um dos nossos”. “Se é corrupto, corrupto é e merece estar indo às barras da Justiça”, declarou.

Coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) também co-

brou a investigação dos fatos. “Nós queremos a investigação, a punição de tudo e de todos. Esse é o nosso desejo, porque este Governo é diferente do anterior”, disse.

Sem mencionar a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro, a deputada governista Alê Silva (Republicanos-MG) lançou acusações contra Geraldo Alckmin (PSB), ex-governador de São Paulo e vice na futura chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a disputa da Presidência da República. “E por falar em desvio de verbas de merenda, o que nós temos hoje? Aquela cara (Alckmin), que está respondendo por isso até hoje”, afirmou.

“Nunca tive conhecimento dos fatos que levaram à prisão de (Milton) Ribeiro”

Victor Godoy, ministro da Educação, ao afirmar, em breve entrevista concedida ontem, que o Governo Federal não compactua com desvios.

ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO

(13) 99133-9302
DRDASCORTINAS.COM.BR